



R ELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (MSF) nº 38, de 2015, da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Relator: Senador **ROMERO JUCÁ**

Esta casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor **ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no principado de Andorra.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao preceito regimental [art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF)], elaborou currículo do diplomata indicado, bem como análise de conjuntura dos países a que se destina. Dos documentos encaminhados, extraímos, para este Relatório, as informações que seguem.



Nascido no Rio de Janeiro em 14 de julho de 1960, o indicado é filho de Walter Simões e Norma de Jesus Ferreira Simões. Graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) em 1985.

Ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1982, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Ascendeu a Conselheiro, em 1998; a Ministro de Segunda Classe, em 2003; e a Ministro de Primeira Classe, em 2007. Em todas as ocasiões, por merecimento.

Na Chancelaria, exerceu diversas funções, entre as quais convém destacar as de Chefe do Núcleo de Coordenação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), 1999; Coordenador-Geral das Negociações da ALCA, 2002; assessor no Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, 2003; Diretor do Departamento de Energia, 2006; Chefe da Delegação Brasileira na I Reunião do Foro Internacional de Biocombustíveis, 2007; Subsecretário-Geral na Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe, em 2010; Coordenador Nacional do Mercosul, da UNASUL, da CALC, do Grupo do Rio e da CELAC, entre 2010 e 2015; Representante do Ministério das Relações Exteriores junto à ITAIPU Binacional, entre 2010 e 2013; Representante do Brasil na Comissão Interina de Reconstrução do Haiti, em 2010; Chefe de Delegação nas Reuniões do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, em 2013 e 2014; Chefe de Delegação na Reunião de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da CELAC, em 2015.

No exterior, desempenhou, entre outros, os cargos de Segundo Secretário na Embaixada em Santiago e de Primeiro Secretário da Missão do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), 1995, e Embaixador em Caracas, entre 2008 e 2010.

Entre as condecorações do Senhor Antonio José Ferreira Simões, citamos a Ordem de Rio Branco (Grã-Cruz), a Ordem ao Mérito das Forças Armadas (Oficial), a Ordem ao Mérito Aeronáutico (Comendador), a Ordem Francisco de Miranda (Generalíssimo), e a Medalha do Pacificador.

Sobre os países designados – o Reino da Espanha e o Principado de Andorra –, referimo-nos a algumas considerações trazidas pelo informe ministerial no tocante às relações bilaterais, de modo a subsidiar a sabatina pela Comissão.



Os laços entre Brasil e Espanha são tradicionalíssimos. Nesse sentido, o relatório do Itamaraty assinala que as relações entre os dois países iniciaram-se, formalmente, com o reconhecimento espanhol da independência brasileira, em 1834. Desde então, destaca, “houve um estreitamento contínuo do relacionamento bilateral, marcado por forte imigração de espanhóis para o Brasil, na primeira metade do século XX, e pela elevação a embaixada da Legação do Brasil na Espanha, em 1933”.

Note-se que, além dos vínculos históricos, culturais e políticos, destaca o documento enviado ao Senado, “a relação bilateral beneficiou-se, a partir da década de 1990, dos investimentos espanhóis no Brasil”. E assevera que, atualmente, “o componente econômico continua a representar o eixo mais importante da relação e, em momento de crise econômica espanhola, o Brasil representa uma das principais fontes de resultados positivos para as grandes empresas espanholas”.

Aspecto importante na relação bilateral é o “Acordo de Parceria Estratégica”, assinado em 2003, por ocasião da visita do então Presidente de Governo José María Aznar ao Brasil. O documento estabelece um foro estruturado de consultas, para ajudar a planejar, coordenar, acompanhar e balizar a relação entre os dois países, e prevê o aprofundamento do diálogo por meio de reuniões regulares e da constituição de diversos grupos de trabalho. Em 2005, foi adotado “Plano de Ação”, que previa reuniões anuais dos Presidentes, consultas periódicas entre as segundas autoridades das Chancelarias, e encontros em diversos níveis da administração pública. Durante a visita da Presidente Dilma Rousseff a Madri, em novembro de 2012, assevera o relatório, “foi criado mecanismo de consultas, que dinamizou o diálogo político e garantiu mais rápida avaliação relação bilateral”. E durante a visita do Ministro Luiz Alberto Figueiredo a Madri, em março de 2014, inaugurou-se a Comissão Ministerial de Diálogo Político Brasil-Espanha – fórum regular de consultas entre os Chanceleres de ambos os países.

Também destaca o relatório do Itamaraty que “o diálogo político beneficia-se da convergência na maioria dos temas da agenda internacional. Há, ainda, espaço para melhor coordenação política e maior troca de informações sobre América Latina e Europa. Na esfera bilateral, há possibilidades efetivas de cooperação em educação; ciência, tecnologia e inovação; no âmbito técnico e humanitário; e nas áreas jurídica e policial”.

As relações consulares são estreitas, estimando-se em cerca de 81 mil os brasileiros vivendo na Espanha. Sobre o assunto, nossa Chancelaria assinala que “o perfil socioeconômico dos imigrantes brasileiros é variado,



destacando-se trabalhadores não-manuais em atividades de rotina (27,9%), trabalhadores domésticos (21,2%), estudantes (13,4%) e assalariados em atividade qualificada (9,5%)”.

Ainda sobre a situação dos brasileiros no Reino da Espanha, observe-se que, até 2012, a inadmissão de brasileiros foi o principal tema de vertente consular das relações bilaterais. A fim de equacionar a questão, realizou-se, no mesmo ano, em Madri, a Reunião Bilateral sobre Assuntos Migratórios, quando se obteve a facilitação de procedimentos de entrada. A partir de então, esclarece o relatório, “há intercâmbio constante entre autoridades consulares de ambos os países e compartilhamento de informações sobre novos requisitos de ingresso”. E conclui assinalando que “em razão dessas medidas, o número de inadmissões tem-se reduzido significativamente”.

Em se tratando dos diversos acordos bilaterais, destaca-se o *Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social Firmado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha*, celebrado em 24/07/2012, e que tramita no Congresso Nacional.

No que concerne a Andorra, lembramos que o país é um coprincipado que tem com Copríncipes Joan Enrique Vives i Sicília (Bispo da Sé de Urgel, Catalunha) e François Hollande (Presidente da França). O diálogo bilateral regular inicia-se com o ingresso de Andorra nas Nações Unidas, em 1993. O primeiro Embaixador cumulativo no país, residente em Madri, foi nomeado em 1997. O serviço consular é oferecido pelo Consulado-Geral em Barcelona.

O documento enviado pelo Itamaraty esclarece que, em 30 de abril de 2013, o Ministro dos Assuntos Exteriores andorrano, Gilbert Saboya Sunyé, visitou Brasília, ocasião na qual manteve encontro com o Ministro das Relações Exteriores e com o Secretário-Executivo do Ministério do Turismo. Esta foi a primeira visita de um Chanceler andorrano ao Brasil, e ocorreu em contexto de busca deliberada de diversificação de parceiros diplomáticos e comerciais do Principado. Durante a visita, o Chanceler Gilbert Saboya manteve reuniões visando ao incremento da cooperação na área do turismo entre Brasil e Andorra. Ambos os países manifestaram o desejo de encorajar o intercâmbio bilateral de turistas e os investimentos mútuos na área de turismo, bem como de promover a cooperação entre os entes de turismo dos dois governos por meio do intercâmbio de especialistas, de troca de experiências e informações.



Observe-se que Andorra tem apoiado a quase totalidade das candidaturas apresentadas pelo Brasil. Nos últimos anos, apoiou candidaturas brasileiras ao Conselho de Direitos Humanos (ONU), ao Programa Hidrológico Internacional (UNESCO), ao Comitê Jurídico e ao Conselho Intergovernamental do Programa “Informação para Todos” (UNESCO) e ao Comitê para Proteção e Promoção da Diversidade das Experiências Culturais (UNESCO). Apesar de não se ter manifestado explicitamente sobre o Brasil, o anterior governo social-democrata era favorável à expansão dos membros permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Não há atos bilaterais em vigor com Andorra que tenham sido tramitados pelo Congresso Nacional.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2015.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senador Romero Jucá, Relator